

TIRADENTES GERAÇÃO DE ENERGIA S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tiradentes Geração de Energia S.A, constituída em 11 de dezembro de 2017, é uma sociedade anônima de capital fechado sediada na Rodovia MG 402, S/N, KM 53, bairro de São Francisco, município de São Francisco, estado de Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social a instalação de máquinas e equipamentos industriais; geração de energia elétrica; manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente; e aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente.

Em julho de 2019, a Companhia concluiu a fase de construção e implantação da usina e iniciou a sua operação comercial.

Em junho de 2020, a Companhia passou por uma mudança em seu comando societário, sendo adquirida pelo Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Solar I, gerido pela Casaforte Investimentos S.A.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09.

A emissão destas demonstrações contábeis e notas explicativas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 31 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos biológicos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado, deduzidos das despesas com vendas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.1.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

(a) Julgamentos

A Administração da Companhia não identificou situações que tenham gerado julgamentos críticos sobre as políticas contábeis adotadas no exercício corrente que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

(b) Estimativas e premissas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A Administração da Companhia não identificou incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

2.2.1. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. Deve ser apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

2.2.2. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas dos tributos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas com base no lucro presumido. O percentual de presunção utilizado foi de 32% sobre o faturamento bruto. As alíquotas de 15%, mais adicional de 10% para o IRPJ, e 9% para CSLL, incidiram respectivamente, sobre o lucro presumido encontrado.

Tributo sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de aproximadamente 3,65%. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. Vide nota explicativa nº 9.

2.2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tais no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas

mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. O principal ativo financeiro classificado nesta categoria é “Aplicações financeiras” (Nota 4).

Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os principais ativos financeiros que a Companhia possui e mantém classificados nesta categoria são:

- Contas a receber de clientes.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A adoção do CPC 48 alterou a forma como as Companhias contabilizavam as perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros, substituindo a abordagem de perda incorrida do CPC 38 por uma abordagem de perda de crédito esperada para o futuro. O CPC 48 exige que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas para o futuro para todos os instrumentos de dívida que não sejam mantidos pelo valor justo por meio do resultado e ativos de contrato. A Companhia não possui itens vencidos que se faça necessário constituir provisões por redução ao valor recuperável de seu ‘Contas a receber de clientes’.

b. Passivos financeiros

Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Empréstimos e financiamentos; (Nota 7)
- Fornecedor a Pagar;
- Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias;
- Obrigações Tributárias.

2.2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.2.7. Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada pela Secretaria da Receita Federal dos bens, e estão demonstradas na Nota 5. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

2.2.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.2.10. Arrendamentos

Com a nova norma do CPC 06 (R2)/IFRS16 - Arrendamentos (substitui o pronunciamento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 06 (R1)/IAS17), os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para certos contratos de arrendamento mercantil, incluindo os anteriormente classificados como operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2019, data efetiva da adoção inicial.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor.

O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, na data de aplicação inicial. O ativo de direito de uso na data da adoção inicial, para o arrendamento anteriormente classificado como arrendamento operacional foi, por sua vez, reconhecido com valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial.

2.2.11. Novas normas e interpretações

Atualmente os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (“CPC”), são as seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos em vigor

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 3 / CPC 15 Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como aquisição de ativos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48 Instrumentos Financeiros; IFRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IAS 39 / CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais de contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos de incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis; e IAS 8 / CPC 23: Políticas	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou	01/01/2020

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Norma	Descrição	Vigência
Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	obscuridade pode influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimento com objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID 19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020
IFRS 9 / CPC 48; IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma de taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2021

b) Normativo emitido pelo IASB e ainda não homologado pelo CPC

Norma	Descrição	Vigência
IAS 37 / CPC 25 Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir e avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex: custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. Aplicações Financeiras

Descrição	2022	2021
Aplicações financeiras	295.235	0
Total	295.235	0

TIRADENTES GERAÇÃO DE ENERGIA S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não há saldo de caixa e equivalente de caixa da Companhia dados em garantias de dívidas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

4. Aplicações Financeiras a Longo Prazo

Descrição	202	2021
CDB - Certificados de depósitos bancários	945.446	941.608
Total	945.446	941.608

As aplicações financeiras incluem, basicamente, títulos e valores mobiliários que são representados por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados a taxa média de 80% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como contraparte um banco com alto *rating*. Estão classificadas no não circulante em virtude de estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido pela instituição financeira para concessão do empréstimo, tendo prazos de resgate semelhantes aos de sua liquidação.

5. Imobilizado

	31/12/2022			31/12/2021	
	Taxas	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Usina em construção	4,0%	26.328.464	(3.762.418)	22.566.046	23.562.255
Total					

Descrição	Usina em construção
Taxa de depreciação (a.a.)	4,0%
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2021	24.578.451
Adições	33.610
Baixas	-
(-) Depreciações	(1.049.806)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	23.562.255
Adições	56.230
(-) Depreciações	(1.052.439)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	22.566.046

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.1. Análise de recuperabilidade do imobilizado (*impairment*)

Não foram identificadas evidências internas e/ou externas que suscitasse indicadores de *impairment*, estabelecidos pelo CPC 01 (R1), motivo pelo qual a Companhia não testou o valor recuperável do saldo líquido do ativo imobilizado.

6. Bens e Direitos de Uso

Descrição	Ativos de direito de uso (arrendamento)
Taxa de depreciação (a.a.)	3,22%
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2021	870.470
(-) Depreciações (b)	(38.688)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	831.782
(-) Depreciações (b)	(41.744)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	790.038

A Companhia possui o direito de uso do imóvel onde está instalada a Usina Solar pelo prazo de 31 anos. Trata-se da Fazenda Solar, onde a Companhia pretende executar suas atividades após o início de suas operações. Considerando que o ativo objeto do arrendamento é facilmente identificável, que a Companhia obtém os benefícios econômicos e gerencia o seu uso, foi aplicado o CPC 06 (R2) – Arrendamentos e reconhecido o ativo de direito de uso e o correspondente passivo de arrendamento.

O ativo denominado ‘Direito de Uso’ é o correspondente àquele que representa o direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento. Já o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade.

A taxa utilizada para determinação do valor presente do ativo de direito de uso, foi o IGPM, conforme contrato de arrendamento.

O início dessa operação data de dezembro de 2019, não sendo necessário portanto aplicar a abordagem retrospectiva modificada.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo:

6.1. Ativos de direito de uso

TIRADENTES GERAÇÃO DE ENERGIA S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas são apresentados como ativo imobilizado, conforme segue:

Ativo arrendado	Início	Vencimento
Fazenda Salgado	Dez-2017	Jun-2042

A movimentação dos ativos de direito de uso para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022.

Descrição	2022
Saldo inicial	831.782
Despesa de depreciação do exercício	(41.744)
Total	790.038

6.2. Passivos de arrendamento

A movimentação dos arrendamentos a pagar para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022.

Descrição	2022
Saldo inicial	774.886
Juros incorridos	(15.320)
Pagamentos	(61.894)
Saldo final	697.672
Circulante	61.894
Não circulante	651.097
Total	712.992

Após a adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia apresentou passivos de arrendamento separadamente de outros passivos no balanço patrimonial. Alternativamente, uma entidade (arrendatário) pode optar por apresentar passivos de arrendamento dentro de 'Empréstimos e financiamentos'.

O cronograma de amortização dos pagamentos em 31 de dezembro de 2022 apresenta a seguinte composição:

Descrição	Pagamentos futuros mínimos de arrendamento	Juros	Valor presente dos pagamentos mínimos do
------------------	---	--------------	---

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

			arrendamento
Menos de um ano	81.682	(19.038)	62.644
Entre um e cinco anos	408.413	(133.599)	274.814
Mais de cinco anos	1.102.714	(603.479)	499.235
Total	1.592.809	(756.116)	836.693

6.3. Opções de prorrogação

O contrato de arrendamento de propriedade contém opções de prorrogação exercíveis pela Companhia. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

7. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Moeda	Vencimento	2022	2021
Empréstimo BDMG* Contrato 250.330	Real	Ago-2028	5.099.923	5.990.560
Empréstimo BDMG* Contrato 250.396	Real	Ago-2028	4.943.489	5.831.601
Total			10.043.412	11.822.161
Passivo circulante			1.833.552	1.853.045
Passivo não circulante			8.209.860	9.969.116
Total			10.043.412	11.822.161

*BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Os empréstimos e financiamentos estão atrelados a taxas pré-fixadas e pós-fixadas que variam entre 5,5% e 6,5% e referem-se, basicamente, a créditos destinados à implantação da usina de geração fotovoltaica, para os quais foram dados em garantia das operações:

- Cessão fiduciária da totalidade das ações da Companhia;
- Cessão fiduciária dos recebíveis oriundos da Companhia;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Cessão fiduciária de conta reserva em aplicação financeira com saldo equivalente de no mínimo R\$ 900 (Nota 4); e
- Propriedade fiduciária dos equipamentos da Companhia.

7.1. Cronograma de amortização da dívida

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentam a seguinte composição:

Vencimento	2022
2023	1.759
2024	1.760
2025	1.759
2026	1.759
2027 e 2028	2.932
Total	9.969

7.2. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 está assim representada:

Descrição	2022	2021
Saldo inicial	11.822.161	13.567.058
(+) Juros incorridos	1.785.807	1.820.764
(-) Pagamento de principal e juros	(3.564.556)	(3.565.661)
Saldo final	10.043.412	11.822.161

7.3. Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

As principais cláusulas contratuais restritivas dos empréstimos e financiamentos são:

- Necessidade de contratação de seguros das instalações industriais;
- Anuência da instituição financeira credora para mudança de controle acionário; e
- Manutenção de fundo de liquidez em conta reserva em instituição financeira, no montante mínimo equivalente a R\$ 900.000, durante todo o prazo do financiamento.

A penalidade para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Até 31 de dezembro de 2022, não houve manifestação por parte dos credores, ou quaisquer

outras partes interessadas relacionada ao não cumprimento dessas cláusulas restritivas.

8. Patrimônio líquido

8.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito está representado por 13.192.861 (treze milhões, cento e noventa e dois mil, oitocentos e sessenta e um) ações, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado pelo acionista no montante de R\$ 13.192.861, em moeda corrente nacional, assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de ações	R\$ mil	%
Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Solar I	13.192.861	13.192.861	100,00
Total	13.192.861	13.192.861	100,00

Foi aprovado no ano de 2022 1 (um) aporte de capital advindo do Fundo de Investimentos Solar I sendo: R\$ 734.212 em 03 de janeiro de 2022.

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

8.2. Reservas de lucros

8.2.1. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.2.2. Retenção de lucros

Após a destinação das reservas estatutárias e do dividendo obrigatório, a Administração da Companhia destinou a sobra do saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 2.045.552, para rubrica específica de retenção de lucros, que é destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia e/ou futura adicional de lucros.

8.3. Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações, já que o estatuto social da Companhia é omissivo quanto a determinação da porção dos lucros a ser classificada como dividendo mínimo obrigatório.

9. Receita operacional líquida

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços prestados	5.623.541	4.810.259
COFINS sobre receita bruta	(168.706)	(144.347)
PIS sobre receita bruta	(36.593)	(31.267)
ISS sobre receita bruta	(19.235)	(20.837)
Total das deduções da receita bruta	(224.534)	(196.451)
Total da receita líquida de vendas	<u>5.399.007</u>	<u>4.613.808</u>

10. Custos dos serviços prestados

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Operação e Manutenção	(91.440)	(22.018)
Custo de Garantia	(32.756)	(26.481)
Seguro	(94.282)	(70.359)
Custo de Supervisório	(22.680)	-
Assessoria Interna	(73.100)	-
Outros Serviços	(2.004)	-
Custo de Depreciações e Amortizações	(1.052.439)	(1.049.806)

TIRADENTES GERAÇÃO DE ENERGIA S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo Amortização (Arrendamento)	(41.744)	(38.687)
Total	(1.410.445)	(1.207.351)

11. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2022	2021
Pró-labore	(14.544)	
Locação de Bens	(4.175)	
Telefone e internet	(3.000)	(3.768)
Serviços Prestados PJ	(1.564)	(25.084)
Contabilidade	(15.947)	(20.652)
Advocacia	(2.312)	(35.271)
Auditoria	(7.974)	(8.188)
Consultoria Técnica	-	(13.945)
Informática	-	(65.870)
Viagens e hospedagens	(19.770)	(5.938)
Ambiental, Fundiária e Conexão	(25.000)	-
INSS	(2.909)	(136)
Outros	(532)	(1.393)
Total	(97.727)	(180.245)

12. Receitas e despesas financeiras

Descrição	2022	2021
Rendimentos de aplicação financeira	107.741	33.366
Juros ativos	-	4
Total de receitas financeiras	107.741	33.370
Juros passivos	(46)	(1.533)
Despesas bancárias	(71.700)	(89.740)
Juros sobre empréstimos	(1.785.808)	(1.820.764)
Juros sobre arrendamentos	(15.320)	(11.378)
IOF	(317)	(70)
Total de despesas financeiras	(1.873.191)	(1.926.485)
Despesas financeiras, líquidas	(1.765.450)	(1.890.115)

13. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado do exercício é demonstrada como segue:

Descrição	2022	2021
Resultado contábil antes do IRPJ e CSLL	2.118.291	1.324.326
IR e CS às alíquotas da legislação		
Alíquota de 15% (IRPJ)	(286.091)	(235.898)
Adicional de 10% (IRPJ adicional)	(166.727)	(133.265)
Alíquota de 9% (CSLL)	(171.655)	(141.539)
IRPJ e CSLL no resultado	(624.473)	(510.702)
Alíquota efetiva	29,48%	38,56%

14. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, empresas ligadas ao grupo sob controle do acionista controlador, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1).

14.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 2022 a Companhia efetuou pagamentos a título de pró-labore, no montante de \$14.544, aos membros da Diretoria, pelos serviços prestados no exercício.

Não houve qualquer outro pagamento de benefícios e/ou operações envolvendo o pessoal-chave da Administração.

14.2. Outras informações

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

Não existem avais e garantias concedidas pela Companhia em favor de suas partes relacionadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para perdas com processos judiciais. Em 31 de dezembro de 2021, não existem processos judiciais contra a Companhia de perspectiva de perda provável que requeiram constituição de provisões, bem como possíveis divulgações requeridas.

16. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis, e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

17.1. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado, conforme segue:

Descrição	Classificação	2022	2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	779.150	342.873
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	295.235	0
Total dos ativos		1.074.385	342.873
Passivos financeiros			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Classificação	2022	2021
Fornecedores	Custo amortizado	1.289	-
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	10.043.412	11.822.161
Empréstimo com parte relacionada	Custo amortizado	-	-
Outros passivos	Custo amortizado	-	-
Total dos passivos		10.044.701	11.822.161

Valor contábil versus valor justo

Para todas as operações, a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamentos referem-se basicamente a captações que preponderantemente estão indexadas a taxas pré-fixadas, assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de repasse daquela operação naquela data, uma vez que a taxa de desconto seria muito superior à taxa de correção. Desta forma, a administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de uma eventual liquidação naquela data.

17.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve alteração na política de gerenciamento de riscos financeiros em relação ao exercício anterior.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, cortando o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

O 'Caixa e equivalentes de caixa' e 'Aplicações financeiras' da Companhia são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem grau elevado de *rating*.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, ao máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém linhas de crédito disponíveis e reservas financeiras aplicadas em instituições financeiras de alto *rating* para suprir com suas obrigações.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de materiais, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado.

Não há risco relevante de variações nas taxas de juros advindo de seus passivos financeiros, já que atualmente a Companhia possui apenas operações de empréstimos e financiamentos atrelados a taxas prefixadas que variam entre 5,5% e 6,5% a.a.

17. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía seguros contratados referentes a danos materiais (quebras de máquinas, danos elétricos, incêndios, raios, explosões de qualquer natureza e implosões) para todo o estoque e para as edificações, equipamentos, instalações e máquinas, além de riscos relacionados com responsabilidade civil, com cobertura total de R\$ 47.480 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e oitenta mil reais). Essa cobertura é considerada suficiente pela Administração, segundo opinião de seus assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das

TIRADENTES GERAÇÃO DE ENERGIA S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

* * *

Fernando Buarque de Gusmão Filho
Diretor

Paulo Ricardo Nascimento Moura
Contador CRC-PE 028860/O-6